

ANO II - EDIÇÃO Nº 354 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Terça-Feira, 29 de agosto de 2017

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 603/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

Considerando a deliberação do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, tomada na 181ª Sessão Ordinária, ocorrida no dia 08 de agosto de 2017, que decidiu, por maioria de votos, pela homologação parcial da promoção de arquivamento e designação de membro titular de outra Promotoria de Justiça para dar prosseguimento ao feito descrito adiante, em razão da legitimidade do Ministério Público para propositura da ação de ressarcimento ao erário, restando vencido o voto do Relator na parte que entendeu pela legitimidade residual do Ministério Público; e

Considerando o disposto no artigo 21, § 5º, inciso II, da Resolução nº 003/2008 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o 9º Promotor de Justiça da Capital para atuar nos Autos CSMP nº 386/2017, referente à Promoção de arquivamento do Procedimento Preparatório nº 030/2014, oriundo da 28ª Promotoria de Justiça da Capital.

PUBLIQUE – SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 28 de agosto de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 604/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais e considerando a anuência dos Promotores de Justiça da Comarca de Araguaína, Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva e Araina Cesárea dos Sados D'Alessandro, firmada por meio do Ofício nº 209/2017, de 23 de agosto de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELEECER lotação provisória ao servidor HUGO DANIEL SOARES DE SOUZA, Analista Ministerial, matrícula nº 127214, na 13ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO, no período de 04 de setembro de 2017 a 10 de outubro de 2017.

Art. 2º REVOGA-SE a Portaria nº 599/2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 28 de agosto de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 605/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a solicitação do Chefe do Departamento de Modernização, Huan Carlos Borges Tavares, nos termos do Protocolo nº 07010175620201788;

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR o exercício das funções do servidor THALLYSON PEREIRA TORRES, Auxiliar Técnico – DAM 2, matrícula nº 132816, no Departamento de Tecnologia da Informação – DMTI e na Área de Controle de Equipamentos, Manutenção e Atendimento, a partir de 24 de agosto de 2017

Art. 2º REVOGAM-SE as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 28 de agosto de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADA: BEATRIZ REGINA LIMA DE MELLO.

DESPACHO Nº 427/2017 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, DEFIRO o pedido formulado pela Promotora de Justiça BEATRIZ REGINA LIMA DE MELLO, para conceder-lhe 03 (três) dias de folga a serem usufruídos

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Promotora Assessora do PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

nos dias 01, 04 e 05 de setembro de 2017, em compensação ao período de 20 a 26 de maio de 2017, o qual permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 28 de agosto de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.00194

ASSUNTO: Homologação de procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de equipamentos e softwares de informática.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 428/2017 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 4, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, devidamente cumpridos os requisitos previstos no inciso VI do art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 7.892/2013, bem como nos Atos PGJ nº 014/2013, nº 021/2016 e nº 025/2016, e considerando as manifestações favoráveis proferidas no Parecer Administrativo nº 143/2017, fls. 1299/1302, oriundo da Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 074/2017, fls. 1303/1306, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, referentes ao procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de equipamentos e softwares de informática, visando atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, que ocorreu na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, sob a forma de Sistema de Registro de Preços, conforme Pregão Eletrônico nº 022/2017, HOMOLOGO o resultado do dito certame, no qual foram adjudicadas as propostas das seguintes empresas licitantes vencedoras: NOVA COMERCIO DE TECNOLOGIAS DE INFORMATICA EIRELI – itens 46 a 50; LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA – itens 7 a 18; SOFTWAREONE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA – itens 29 a 32 e 41 a 45; SMARTWAVE NETWORKS DO BRASIL LTDA – itens 1 a 6; LICITEC TECNOLOGIA EIRELI – item 24; WPI SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI – itens 20; 21; 28 e 33 a 40; ENGETRON ENGENHARIA ELETROELECTRONICA IND E COM LTDA – item 27; GL ELETRO-ELETRONICOS LTDA – itens 25 e 26; GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA – item 23, em conformidade com a Ata de Realização do Pregão Eletrônico em referência apresentada pela Comissão Permanente de Licitação. Determino a lavratura da respectiva Ata de Registro de Preços. Sigam-se os ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas - TO, 28 de agosto de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2017, REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2017/0701/00103, PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017.

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, com sede na Quadra 202 Norte, Conj. 01, lotes 5/6, Avenida LO-4, Plano Diretor Norte, CEP 77.006-218 em Palmas/TO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.786.078/0001-46, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça Clenan Renaut de Melo Pereira, nomeado pelo Ato nº 1.317 - NM de 07 de novembro de 2016, publicado no Diário Oficial nº 4.738 de 08 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins nº 192 de 27 de dezembro de 2016, doravante denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa MB ESCRITÓRIOS INTELIGENTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.011.479/0001-85, com sede na 103 Sul, AV LO 01 Nº 84, CEP 77015-028, neste ato representada pela Sra. Ana Orlinda de Souza Fleury Curado, portadora da Cédula de identidade RG 644.804 2ª Via SSP/GO, inscrita no CPF/MF sob o Nº 234.145.451-87, residente e domiciliada na cidade de Palmas – TO, e, daqui por diante, denominada simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7.892/2013, do ATO PGJ nº 014/2013 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar o presente aditivo a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Especial Jurídica da Procuradoria-Geral de Justiça, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA TROCA DE REVESTIMENTO

Em razão de pedido de alteração dos revestimentos, da Linha 1 do item 01 e das Linhas 1 e 2 do item 2, de “tecido crepe 100% poliéster” para “couríssimo”, a especificação dos itens 01 e dois, passam a serem as seguintes:

**ITEM 01
EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

LINHA	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	QT	UN	VALOR REGISTRADO	
						UNITÁRIO	TOTAL
01	POLTRONA PRESIDENTE GIRATÓRIA COM BRAÇOS E ESPALDAR ALTO, revestimento: couríssimo, na cor preta.	CADERODE	LINHA C600- OPERACIONAL C600.00.BSR.O PU.220	26	UN	R\$ 2.510,00	R\$ 65.260,00
TOTAL DO ITEM							R\$ 65.260,00

**ITEM 02
EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

LINHA	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	QT	UN	VALOR REGISTRADO	
						UNITÁRIO	TOTAL
01	SOFANETE COM 3 LUGARES, revestimento: couríssimo, na cor preta.	CADERODE	C10.SF30	8	UN	R\$ 2.900,00	R\$ 23.200,00
02	SOFANETE COM 2 LUGARES, revestimento: couríssimo, na cor preta.	CADERODE	C10.SF20	12	UN	R\$ 2.100,00	R\$ 25.200,00
TOTAL DO ITEM							R\$ 48.400,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2017 permanecem inalteradas.

E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas, para todos os legais e jurídicos efeitos.

Palmas – TO, 21 de agosto de 2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Clenan Renaut de Melo Pereira
Procurador-Geral de Justiça
ÓRGÃO GERENCIADOR

MB ESCRITÓRIOS INTELIGENTES LTDA
Ana Orlinda de Souza Fleury Curado
FORNECEDOR REGISTRADO

TESTEMUNHAS:

1- _____ 2- _____
Nome: _____ Nome: _____
C.P.F. nº. _____ C.P.F. nº. _____

DIRETORIA-GERAL**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO**

CONTRATO Nº.: 041/2017

Processo nº.: 2017/0701/00098

CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins

CONTRATADO: Engenharia e Construtora RPA LTDA – ME

OBJETO: ALTERAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO – O subitem 6.1 da cláusula sexta do contrato 041/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“6.1 – A REFORMA deverá ser executada no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia desta Procuradoria-Geral de Justiça.”

MODALIDADE: Concorrência, sob o regime de empreitada por preço unitário, Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.51

ASSINATURA: 25/08/2017

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.

Contratada: Rogério Pereira.

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE PRORROGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/17**

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público que foi prorrogada para o dia 15/09/2017, às 10 h (dez horas), horário de Brasília-DF, a data de abertura do Pregão Eletrônico nº 025/17. O referido pregão objetiva o Registro de Preços para aquisição de suprimentos de Informática.

Palmas-TO, 28 de agosto de 2017.

Renato Alves do Couto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Em Substituição

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento administrativo, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) apurado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO PA. 08/2017

ADITAMENTO DA PORTARIA DE INSTAURAÇÃO – PA.08/2017

RESPONSÁVEL: Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; o artigo 8º, da Resolução nº 174/2017, do CNMP.

ORIGEM: Termo de Declarações de

FATO(S) EM APURAÇÃO: com a finalidade de apurar eventual omissão do Poder Público em disponibilizar medicamento Xarelto 20mg ao adolescente Carlos Eduardo Pereira dos Santos;

NOTICIANTE: Paulo Ferreira Santos

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 25 de agosto de 2017.

28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL**EDITAL**

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do INDEFERIMENTO da Notícia de Fato nº 2017.0001445, autuada a partir de denúncia anônima dando conta de possível descumprimento de sentença judicial proferida nos autos de Ação de Improbidade Administrativa nº 0011524-27.2015.827.2722, o qual condenou os requeridos à perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, tendo em vista a improcedência dos fatos alegados. Informa ainda que, caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitado o indeferimento, poderão, as pessoas co-legitimadas, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 28 de agosto de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, § 2º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 036/2017-28ªPJC (2017/2698) autuado a partir de denúncia anônima registrada na Ouvidoria desde Ministério Público sob o número do protocolo 07010137108201652, dando conta que a servidora Cláudia de Medeiros Brum, ocupante do cargo de Analista Técnico-Jurídico lotada no Instituto de Natureza do Tocantins (NATURATINS), reside na cidade do Rio de Janeiro, sendo apontada como suposta servidora fantasma. Informa ainda que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão, as pessoas co-legitimadas, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 23 de Agosto de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 2017.0001387, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/0574/2017

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e, por fim, Lei Federal nº 8.069/90.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 2017.0001387 – 9.ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Medida de Proteção (11818).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar situação de risco e vulnerabilidade do adolescente J.V.A.N. (16 anos de idade), a qual não estuda e está usando entorpecentes.

REPRESENTANTE: Lana Mirian Alves Machado.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 25 de Agosto de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 25/08/2018 (01 ano).

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE WANDERLÂNDIA

Rua Maria Alves Barbosa, nº 70, Centro, Wanderlândia-TO – CEP 77.860-000
Fone/Fax: (63) 3453-1470

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 90/2017 Converte PP em ICP 30/2015

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 30/2015

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar a ausência de pagamento de salários e 13º correspondente ao mês de dezembro de 2012 aos servidores públicos da Câmara Municipal de Wanderlândia, Noilma Maria Dias Carneiro, Valdik Cardoso Brito e Juscival Carlos de Abreu

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 23/08/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 91/2017 Converte PP em ICP 30/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 30/2016

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposto ato de improbidade administrativa praticado pelo ex-Prefeito do Município de Darcinópolis-TO, Raimundo Nonato Belas dos Santos, consistente em omitir e/ou recusar a fornecer as informações e dados técnicos necessários à transição do governo do município de Darcinópolis-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 23/08/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 92/2017 Converte PP ICP 14/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 14/2016

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar o uso indevido de bens públicos – maquinários do tipo “tratores D50 e Carregadeira W20 – na execução de obras de particulares e alugada ao Senhor Serginho Murasco.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 23/08/2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



QUEREMOS OUVIR VOCÊ!

OUVIDORIA MPE
Sugira • Denuncie • Questione

 (63) 3216-7598
(63) 3216-7575
 www.mpto.mp.br
 ouvidoria@mpto.mp.br